

Seria o governo Lula neoliberal?: as inconsistências das políticas econômicas ditas “alternativas” numa era de constrangimentos fiscais

Paulo Roberto de Almeida
Doutor em ciências sociais, mestre em planejamento econômico,
orientador de mestrado do Instituto Rio Branco, MRE.
(pralmeida@mac.com; www.pralmeida.org)

Notas preparadas para o
VII Annual Meetings of the Hewlett/UIUC Project on Brazil
Brazil in a Neo-Liberal World, Social and Economic Aspects
FEA-USP, 29 e 30 de julho de 2004

Sumário:

1. Muita teoria, pouca empiria, os males da academia são
2. Um manifesto econômico de inversão: a economia virada de ponta cabeça
3. Um exercício de ficção econômica: políticos revolucionam a ciência econômica
4. A sociedade de economia política faz política com a economia

Nota 1: Encontram-se aqui compilados alguns trabalhos efetuados pelo autor ao longo de 2003 e 2004, geralmente com o intuito de debater, ainda que de forma unilateral, cartas, manifestos e outras declarações públicas de economistas considerados como de oposição econômica a um suposto “neoliberalismo” do atual governo brasileiro. Meu cuidado foi, tão simplesmente, o de demonstrar as inconsistências econômicas, para nada dizer das deficiências de lógica argumentativa ou dos muitos exemplos de *non sequitur*, que se escondem nessas peças de conteúdo essencialmente político, mas que pretendem ser vistas como representativas da “boa ciência econômica”. Direitos de propriedade intelectual pelas posições aqui expostas e contestadas devem ser debitados aos seus próprios autores, em geral representantes conhecidos da vida acadêmica nacional, ao passo que *copyright*, ou pelo menos os *moral rights*, pelas poucas idéias originais que se apresentam em postura contraditória àquelas posições, assim como os eventuais erros e omissões dos argumentos opostos, podem ser atribuídos a este autor.

Nota 2: As opiniões e argumentos aqui alinhados são os do próprio autor, não representando posições ou políticas de quaisquer organizações governamentais ou agências públicas.

Brasília, 23 de julho de 2004

1. Muita teoria, pouca empiria, os males da academia são

Já vai longe, felizmente, o tempo em que Monteiro Lobato costumava lamentar que “muita saúde e pouca saúde, os males do Brasil são”. Desde então, para citar seu contemporâneo Mário de Andrade, igualmente cáustico, “progredir, progredimos um tiquinho, que o progresso também é uma fatalidade...”

De fato, o Brasil progrediu bastante desde as primeiras décadas do século 20, quando escreviam os dois intérpretes da alma nacional, até converter-se, na última década desse século, numa potência industrial e num razoável produtor de ciência, a julgar pelos últimos indicadores sobre nossa contribuição ao estoque de conhecimento científico da humanidade. Nossa participação no estoque tecnológico não é tão satisfatória, mas ainda assim ostentamos um bom desempenho no conjunto dos países em desenvolvimento. Aliás, segundo um outro intérprete do itinerário nacional e insigne produtor de idéias — ainda que algumas delas possam ser esquecidas — o Brasil já não seria mais um país subdesenvolvido, mas tão simplesmente injusto.

Pode-se concordar com essa caracterização, e também com a sua negação, pois que o Brasil continua a ser um país subdesenvolvido por ser, justamente, injusto, ainda que ele pudesse, teoricamente, ser injusto mesmo sendo desenvolvido, ou então continuar subdesenvolvido mas essencialmente justo, como muitos intelectuais acreditam ser o caso de Cuba. Esse tipo de *contradictio in adjecto*, ou contradição nos termos, é encontrável em muitos textos de intelectuais acadêmicos, que vivem num mundo de teorizações sem um embasamento consistente na realidade, pelo menos no terreno de caça que é o meu, membro que sou da tribo dos sociólogos, praticantes de uma arte que um ex-ministro do insigne intelectual — príncipe da sociologia e príncipe de fato deste reino por oito anos — classificou como sendo “onanismo sociológico” (para usar um termo mais púdico).

Praticam esse tipo de onanismo intelectual, por exemplo, muitos dos membros da academia que se ocupam em explicar, com a ajuda das mais refinadas teorias parisienses, porque o mundo precisaria ser tudo aquilo que ele justamente não é: justo, desenvolvido, igualitário, ético, enfim, portador de todas as possibilidades de realizações humanas, o que permitiria a alguns serem filósofos pela manhã e pescadores pela tarde, garantindo uma vida tranqüila a professores com público cativo (sem cobranças do patrão estatal) e uma ampla audiência a todos esses explicadores do real e inventores do surreal.

Estarei exagerando na caricatura? Talvez, mas pelo menos esta é a impressão que me têm dado as várias ondas de protestos e manifestações de desagrado em relação à política econômica do nosso atual governo, portador, até um passado ainda recente, de todas as esperanças de transformação social e de “refundação” do mundo (e do Brasil) que os acadêmicos sempre pregaram do alto de suas cátedras e com a facilidade de tribunas garantidas nos meios de comunicação. Essas manifestações têm sido repetitivas desde a posse do novo governo, e muitas das cartas-manifestos se parecem ao ponto do aborrecimento, com os mesmos argumentos sobre o ajuste fiscal, os juros altos, a livre saída de capitais, a ausência de investimentos sociais, de reforma agrária, de políticas setoriais, de denúncia da Alca, bref, a agenda corrente da chamada “oposição econômica de esquerda”. Trata-se de uma revolta legítima ou de uma nova traição dos clérigos?

Muitos dos protestários são economistas, outros são cientistas sociais, existem também os literatos e até mesmo os cientistas exatos, um pouco menos exatos, é verdade, nos seus exercícios de explicação sobre o que vem ocorrendo com o Brasil neste primeiro ano e meio de governo mudancista. O problema parece derivar do fato de que eles, justamente, não pretendiam ser simples explicadores ou propugnadores de políticas, mas participar ativamente da implementação das “recomendações” dessa ciência interativa que o mesmo Mário de Andrade chamou de “a arte de salvar rapidamente o Brasil”. De repente, o que era para ser o início de uma grande transformação “refundacional” — com perdão pelo neologismo, mas encontrei num desses textos da oposição econômica — acabou se transformando num *déjà vu all over again*, frustrando os acadêmicos que, tolhidos na empreitada, passam então a fazer diagnósticos ainda mais cáusticos sobre essa reversão de expectativas.

E o que fazem exatamente os aspirantes a conselheiros do príncipe, impedidos de exercer seus dotes diretamente na cidade proibida? Escrevem manifestos. De todos os tipos e tamanhos, de variados estilos e graus de acidez, alguns com advertências gentis, outros com admoestações mais severas, como fazem os mestres catedráticos com seus alunos. Eles alertam para a deterioração dos indicadores econômicos e sociais, para a manutenção da fragilidade financeira externa, acusam o governo de se ter rendido ao ‘totalitarismo de mercado’ (sic), de manter fechada a ‘caixa preta’ da política monetária, enfim, de ostentar um descompromisso gritante com todas as teses do passado, da

valorização do servidor público ao financiamento da ciência e tecnologia, da luta contra os transgênicos e o desemprego ao combate à exclusão social, da denúncia da Alca anexacionista à recusa de novos acordos com o FMI.

A ironia da história é que todos eles clamavam mudanças, e quando o partido, atendendo a inúmeros pedidos, finalmente mudou, eles já não se sentem satisfeitos e passam a gritar traição! Aplicando a teoria do Garrincha, deve ter sido porque não se combinou antes que tipo de mudança queriam uns e outros. Esses desencontros teóricos e contradições práticas normalmente se resolvem em congressos, com teses, antíteses e sínteses distribuídas previamente para discussão dos iniciados, mas parece que neste caso o processo eleitoral atrapalhou um pouco o calendário das reuniões conceituais.

E o que propõem, exatamente, os acadêmicos frustrados, nessas peças cheias de indignação moral, retumbantes de retórica catastrofista mas, finalmente, dotadas de pouca racionalidade econômica e ainda menos sentido de realidade? Entre outras “teses”, estas aqui: abandono das metas de ‘elevadíssimos e desnecessários’ superávits fiscais, controle seletivo sobre os capitais externos, ‘recuperação do controle estatal sobre a administração da dívida pública’, não concessão de autonomia ao Banco Central, ampliação dos gastos públicos nos três níveis da administração, renegociação das dívidas dos estados e municípios, política de incentivo às exportações e substituição de importações, ‘política de rendas pactuada’ para controle da inflação, não renovação do acordo com o FMI, recusa da Alca e outras “resoluções” do gênero.

Não estou inventando ou caricaturando nenhuma das propostas: retirei-as dos dois ou três últimos manifestos de protesto que circularam em 2003 (transcritos no link: <http://www.pralmeida.org/04Temas/09TorreMarfim/00IndiceTorreMarfim.htm>). Num deles, por exemplo, “intelectuais” se opuseram de forma veemente à ‘pretendida autonomia do Banco Central, uma vez que ela poderia implicar ‘a entrega do controle da nossa moeda aos capitais externos e, portanto, a renúncia ao projeto nacional’. Tanta clarividência e preocupação com a soberania do País são dignas de algum prêmio econômico.

Cheguei a ouvir, de um desses luminares da nova oposição de esquerda, que ‘quem está pensando que a existência de déficit na Previdência significa déficit de fato, não entendeu nada de economia’. Aliás, para ele, bastaria ‘fazer um sistema em que o

BNDES pagaria as aposentadorias, e no momento em que a taxa de lucro do BNDES não permitisse mais, o governo entra e paga a diferença'. Genial não? Pergunto-me o que aconteceria com a economia do Brasil se os aspirantes a conselheiros do príncipe estivessem no governo: quantos meses o País resistiria incólume?

Mas não só de propostas espetaculares como essa, sustentadas em manifestos estridentes e em entrevistas ruidosas, vive a nova oposição acadêmica, pretendidamente progressista e de esquerda. Ela também se reproduz quotidianamente nas salas de aula e no papelório produzido em certas instâncias didáticas. Sem querer atingir a imensa maioria dos profissionais competentes que labutam para a construção contínua das ciências sociais no Brasil, tenho encontrado exemplos de arrepiar os cabelos, em várias universidades do país.

Existem, por exemplo, aqueles mestres (ou doutores) de sociologia que preferem fazer um brilhante trabalho sobre o “imaginário” do garimpeiro (ou do seringueiro: a personagem é secundária), segundo as últimas teorias de Foucault, mas que são incapazes de orientar seus alunos numa pesquisa modesta em arquivos locais, onde eles poderiam aprender um pouco mais sobre a vida real desses modernos bandeirantes das últimas fronteiras do Brasil, transformados em objetos do “desconstrucionismo” proposto em sala de aula. Quantos deles são propensos a propor uma reflexão sobre os problemas do Brasil a partir dos dados básicos do IBGE, em lugar de manipular um conjunto de teorias parisienses e outras construções mentais que pouco têm a ver com a realidade brasileira?

Passo por cima daqueles casos mais graves de alienação — para usar um termo *la* jovem Marx — que resultam em seminários excitantes sobre o processo de construção do socialismo no século 21, ou em livros didáticos de segundo grau que fariam corar de vergonha até uma adepta do marxismo primário como Marta Harnecker. Alguns desses livros e textos de seminário mereceriam ser preservados no museu de cera do marxismo, pois imagino que dentro de alguns anos as novas gerações não conseguirão mais se fazer uma idéia da indigência mental que os caracteriza, mesmo para os padrões aceitáveis para a era da Guerra Fria. Acho também que regimes diretamente saídos do pré-cambriano do socialismo, como os da antiga Albânia, de Cuba e da Coreia do Norte deveriam ser inscritos na lista de espécies ameaçadas de extinção, pois seria uma pena perder esses exemplos de uma era que ameaça não mais voltar.

Com isso não quero dizer que o pensamento econômico que tem produzido esses manifestos de oposição à política econômica do governo atual provêm da mesma fonte teórica, mas algumas das receitas neles propostas — controle de capitais, administração estatal de setores produtivos, fechamento comercial e políticas substitutivas *à laux style* — possuem uma nítida filiação genética com as velhas receitas de eras soterradas pela nova geologia econômica do Brasil. Algumas dessas receitas parecem saídas de algum velho manual de alquimia econômica, no qual a pedra filosofal seria representada por um orçamento elástico e infinito, o *élan* vital pela vontade política dos dirigentes e algumas das poções resultantes seriam imunes aos ventos da “globalização assimétrica”.

Não se pode impedir ninguém de ser “jurássico”, mas se poderia pedir que os representantes da espécie apresentassem ao menos algumas provas empíricas da validade de suas teses. Tentar provar alguma hipótese de trabalho sem submetê-la ao teste da realidade, sem algum tipo qualquer de verificação empírica, é o pior procedimento que se poderia esperar de membros da academia. Talvez devêssemos preferir as saúvas do velho Lobato às teorias dos novos acadêmicos.

Procederei, nas próximas seções à análise tópica ou geral de alguns desses manifestos econômicos de oposição, demonstrando suas inconsistências intrínsecas, seu distanciamento em relação à realidade dos números e, sobretudo, seu total alheamento aos sérios constrangimentos fiscais impostos ao governo brasileiro, este e todos os dos próximos anos, uma vez que prevejo uma era de imensas dificuldades fiscais pelo futuro previsível.

2. Um manifesto econômico de inversão: a economia virada de ponta cabeça

Efetuo a seguir, uma análise resumida de um documento político dotado de pouca consistência econômica, o manifesto de meados de 2003 intitulado “A agenda interdita”, que se pretende uma resposta a um documento de economistas de tendência reformista divulgado no auge da campanha eleitoral presidencial de 2002, então chamado de “Agenda Interrompida” (ver a íntegra do meu texto, e a transcrição do manifesto em questão, em: <http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/1060ManifestoEconomistas.pdf>).

O documento foi elaborado por um grupo de aproximadamente duas centenas de economistas brasileiros, identificados com as causas da “antiga” oposição econômica ao neoliberalismo e às políticas econômicas *d’ancien régime* “malanista” e revoltados com o que a “velha oposição”, consubstanciada no PT, começou a praticar em termos de política econômica uma vez chegada ao poder e convertida em “nova situação”. Eles propuseram, na sexta-feira 13 de junho de 2003, uma “inversão” completa dos princípios e diretrizes que sustentam a política econômica posta em prática pelo PT no poder. Em resumo, o manifesto, em forma de carta dirigida ao presidente da República, propôs, o controle dos capitais externos, do câmbio, a redução do superávit primário (acertado em 3,5% do PIB com o Fundo Monetário Internacional e aumentado para 4,25%, por decisão unilateral da nova equipe econômica), um corte radical na taxa de juros de (então) 26,5% ao ano e incremento dos investimentos em infra-estrutura. Em uma palavra, os economistas entendiam que a política econômica posta em prática pelo ministro da Fazenda Antonio Palocci estava levando o Brasil a um “beco sem saída de estagnação e desemprego”.

Como constatei que o manifesto pecava por excesso de política e insuficiência de economia, decidi, no próprio momento de sua liberação, examiná-lo e discuti-lo, apenas com o fito de registrar as inconsistências dessa peça representativa do economismo acadêmico. A metodologia é a mais linear possível, com a transcrição de trechos selecionados do documento, seguida de meus comentários. Com menos de seis meses do início do novo governo, não parecia claro que as medidas de política econômica postas em prática pela equipe do ministro Palocci vinham criando um impasse considerável no processo de desenvolvimento, como denunciado naquele documento.

O “manifesto” e sua leitura comentada

1) *“O Brasil está sendo levado a um beco sem saída de estagnação e desemprego por uma política econômica que capitulou à insensatez do totalitarismo de ‘mercado’”.*

PRA: Trata-se de um julgamento peremptório e aparentemente definitivo de uma situação que não chegou a completar seis meses de vida. Como regra de princípio, ciclos econômicos costumam apresentar uma temporalidade maior, e de toda forma não

conseguem ser descritos através de conceitos tão drásticos e imprecisos como “totalitarismo de ‘mercado’”.

Por que o uso do conceito de “totalitarismo” e por que a expressão “mercado” vem entre aspas? A utilização de uma noção associada, na ciência política, a regimes totalitários (isto é, despóticos e concentradores de um poder absoluto) não tem paralelo e não pode encontrar nenhuma correspondência com a situação política e econômica atual do Brasil. A qualificação, por outro lado, do conceito de mercado parece feita com a evidente intenção de diminuir suas modestas virtudes normativas e regulatórias, emprestando-lhe certo caráter de bizarrice que não deveria normalmente freqüentar o discurso de economistas supostamente versados nos temas fundamentais de sua profissão.

Disto concluo: apenas a intenção de chocar e de causar certo impacto político – e supostamente um sentimento de revolta – parece animar a *ouverture triomphale* do manifesto proposto por esses economistas.

2) Desde os anos 90 o debate sobre alternativas de desenvolvimento foi virtualmente interdito com o recurso ao dogma de que o ‘mercado’, sábio e virtuoso, se deixado a si mesmo promoverá a prosperidade coletiva. Passado mais de um decênio em que o experimento neoliberal vem sendo praticado no Brasil, é hora de um balanço, e de um questionamento: até quando o crescimento com redistribuição de renda será negado à sociedade brasileira?

PRA: Não tem o mínimo suporte na realidade a afirmação de que algum ou todo debate sobre alternativas de desenvolvimento tenha sido “interditado” em nosso País nos últimos 13 anos. Não se sabe bem por quem, em que circunstâncias e com que autoridade moral, econômica ou “policial” essa censura e essa proibição tenham ocorrido. Bastaria, por exemplo, consultar os currículos completos dos autores do manifesto, todos eles ativos praticantes desses debates nos últimos 13 (e mais) anos, para comprovar a falsidade dessa acusação totalmente descabida e certamente pouca digna de um País que vive em completa democracia desde pelo menos 1985.

Mesmo antes dessa data, aliás, o debate, vivaz, loquaz, constante e mesmo estridente, vinha ocorrendo em circunstâncias totalmente normais para a vida acadêmica e mesmo para os padrões algo restritos da democracia tutelada em que vivemos entre os anos 1964 a 1985. Uma consulta aos índices de revistas especializadas como *Revista de Economia Política* de “tribunas” políticas da (então) oposição com *Teoria e Debate* ou

mesmo de órgãos “oficiais” como *Conjuntura Econômica* ou a *Revista Brasileira de Economia*, revela facilmente o quanto essa afirmação é descabida, despropositada, injusta ou simplesmente falsa. Em várias ocasiões e em todas as circunstâncias esse debate ocorreu, sem precisar referir-me aqui às páginas dos jornais diários e revistas de opinião e de informação, onde ele esteve constantemente presente. Tampouco preciso referir-me aos cursos de economia, aos incontáveis seminários realizados ao longo desses anos, a reuniões de sociedades científicas gerais como a SBPC ou especializadas como os encontros nacionais da ANPEC e, mais recentemente, da Sociedade Brasileira de Economia Política, para constatar que este debate esteve sempre vivo e se deu nas circunstâncias mais abertas possíveis.

Não obstante, encerrada a época do “malanismo econômico”, está mais do que em tempo de se fazer um balanço do “experimento neoliberal” que, segundo os autores do manifesto, foi praticado no Brasil nesses anos passados. Como o debate não está interdito, como as tribunas dos jornais são livres aos que a eles têm acesso (e são muitos os autores do manifesto que publicam regularmente nos veículos diários) e como também as páginas das revistas especializadas brasileiras estão abertas a contribuições consistentes nessa vertente de “debate econômico sobre políticas alternativas”, espera-se apenas que os autores apresentem suas idéias já publicadas ou a publicar sobre o tema por eles mesmos identificado. De minha parte, ofereci um balanço da “era neoliberal” no Brasil em capítulo apropriadamente intitulado “A indiscutível leveza do neoliberalismo no Brasil: avaliação da era neoliberal”, em meu livro *Grande Mudança: conseqüências econômicas da transição política no Brasil* (São Paulo: Códex, 2003; versão resumida disponível no link: <http://www.espacoacademico.com.br/010/10almeida.htm>), tendo naquele momento concluído que fomos muito pouco liberais ao longo de todo o período histórico precedente e que os verdadeiros testes do neoliberalismo no Brasil estavam, na verdade, mais situados em direção do futuro do que na recuperação do passado.

3) *“A interdição do debate econômico nos últimos anos pretendeu desqualificar como anacrônica toda crítica a qualquer aspecto da política econômica. Hoje, repetindo o que aconteceu na última década, a sociedade vem sendo privada de participar ou acompanhar um debate genuíno sobre medidas de política econômica, boa parte das quais decidida de comum acordo com o FMI à revelia de qualquer instância democrática, inclusive do Congresso Nacional.”*

PRA: Os autores do manifesto incorrem, mais uma vez, na acusação sem fundamento, falando de uma “interdição” que não existiu (e não existe, tanto que eles comparecem, ruidosos, nas primeiras páginas de todos os jornais nacionais) e numa suposta “desqualificação” que tem ares de caricatura dos argumentos dos antigos situacionistas econômicos. O aspecto mais visível do debate e da apresentação de alternativas a respeito da política econômica do *ancien régime* ocorreu a propósito do regime cambial, onde se distinguiram vários economistas de oposição, inclusive um de “direita”, o ex-ministro Delfim Neto.

Parece, portanto, totalmente descabida a afirmação de que hoje, como na década passada, a sociedade vem sendo privada de debates genuínos sobre a política econômica. Quanto ao FMI, caberia esclarecer que ele não participou em momento algum da formulação das bases principais do Plano Real de estabilização macroeconômica, que ele nunca recomendou fixação ou rigidez cambial (ao contrário, insistiu pela desvalorização desde a concepção do primeiro pacote de apoio financeiro, em outubro de 1998) e que o Congresso nunca teve cerceada sua capacidade de questionar as autoridades econômicas sobre esses planos, tendo o ministro da Fazenda comparecido em pessoa às comissões parlamentares (e mesmo à plenária do Congresso) a cada pacote contratado com o FMI.

4) *“O 'mercado' não debate, apenas ameaça. E aqueles que deveriam debater em seu nome tomam a ameaça de suas reações como suficientes para cancelar o próprio debate. Os pontos-chave da política econômica são encapsulados numa cadeia de tabus porque a simples menção de discuti-los é descartada em face do risco da especulação do 'mercado', pelo que o 'mercado' obtém uma franquia para continuar ditando os rumos de uma política econômica em proveito único de seus operadores, e cujo resultado para a sociedade tem sido baixo crescimento econômico e ampliação do desemprego.”*

PRA: Com efeito, o mercado não debate e, de fato, não se conhece um ou vários “porta-vozes” do alegado mercado com aspas. O mercado sem aspas é constituído da ação conjugada e desconjugada, racional e irracional, organizada e caótica de milhões, centenas de milhões, por vezes, de agentes econômicos individuais. Por certo, alguns desses porta-vozes aparecem ocasionalmente de forma algo mais transparente: são os chamados “especuladores de Nova York”, ou seja, os analistas econômicos (especializados em Brasil) das firmas de investimento de Wall Street e adjacências (algumas dessas “adjacências” estão em Londres, Frankfurt ou Tóquio). Esses “especuladores de Wall Street” (George Soros costuma ser um dos mais citados)

chegaram certamente, em determinadas circunstâncias (na campanha presidencial de 2002, por exemplo), a “ameaçar” o País com a retirada de capitais, o desvio de investimentos e outros comportamentos mais ou menos nocivos ao bom equilíbrio das contas nacionais (posto que dependente, esse equilíbrio, da injeção de recursos externos).

Nada disso é novo e certamente os autores do manifesto devem saber disso. O que é novo, em contrapartida, é essa suposta capacidade que teria o mercado com aspas de “cancelar o próprio debate”, quando o que mais acontece, ao contrário, é que essas manifestações orais ou práticas do mercado sem aspas faz mais para excitar e incitar ao debate do que as toneladas de tinta e papel descarregadas nas revistas acadêmicas e nos jornais diários por todo um exército de reserva de economistas de oposição. Basta um economista, por vezes totalmente alheio às condições reais da conjuntura econômica no Brasil, falar em Wall Street que no dia seguinte os jornais brasileiros já encontraram vários economistas da oposição e da situação para comentar à exaustão essas “ameaças” do mercado com aspas.

Não se compreende, tampouco, como os “pontos-chave da política econômica (estariam) encapsulados numa cadeia de tabus”, quando o que mais ocorre no Brasil, desde a época de alta inflação, são colunas e colunas de comentaristas econômicos (mais numerosos certamente do que os de futebol ou os colunistas sociais) destilando todos os dias toneladas de argumentos a favor e contra esses famosos “pontos-chave” da política econômica governamental. Qualquer leitor de jornal diário pode comprovar esse fato corriqueiro da esquizofrenia econômica brasileira: vivemos literalmente cercados de colunistas econômicos, nos jornais, revistas, rádios e TVs, uma verdadeira inflação deles, junto com a praga concomitante dos comentaristas políticos.

Todos eles, aliás, economistas, comentaristas e colunistas, contribuem, cada qual ao seu modo, para alimentar essa “especulação do ‘mercado’” (com aspas), pois que eles simplesmente não ficam quietos, sobretudo os primeiros (de oposição), que fornecem as armas da crítica para os segundos e terceiros, geralmente jornalistas não necessariamente formados em economia. Mas nem precisaria, pois a especulação alimenta-se de dados objetivos também, ou seja, estatísticas de produção, de comércio, de receitas e de taxas de câmbio e de juros. Na verdade, os verdadeiros especuladores, isto é, os rapazes de Wall Street, não costumam ler nenhum dos primeiros, nem os economistas sérios nem os

colunistas ligeiros, pois em geral eles não precisam saber português para começar a operar. Eles simplesmente começam a olhar os indicadores do país, inserem esses dados em algum modelo matemático que fornece resultados futuros e, zut!*yoilà*: está criada a especulação. Basta que algum indicador indique uma curva preocupante (deterioração das exportações, por exemplo) para que o especulador mais “esperto” lance o alarme: “take your money and run!”. É o que fazem os verdadeiros investidores do mercado, com aspas ou sem aspas, os donos do dinheiro.

Talvez isso seja sinônimo de “ditar a política econômica” do governo brasileiro, como parecem querer os autores do manifesto, mas então não há nada ser feito na sua perspectiva, ou talvez sim: ir “contra” o mercado (qual deles?: com aspas ou sem?). Não se sabe bem como isso poderia ocorrer, pois quem geralmente depende dos humores do mercado – como ocorre com o Brasil há quase duzentos anos – não pode se dar ao luxo de “correr” do mercado, pois este estará onde sempre esteve: em Nova York, Londres, Frankfurt, Tóquio, ou até mesmo em São Paulo, Rio de Janeiro, Vitória do Santo Antão, Cabrobó da Serra e outros lugares menos conhecidos. O mercado – isto é, os agentes econômicos – encontra-se em todas as partes e em nenhuma, pois que ele perpassa todas as atividades econômicas de um país “normal”.

Sem querer desanimá-los, tampouco, eu diria que o primeiro mercado que “foge” do governo é aquele dos investidores domésticos – mais conhecedores das fofocas locais, a que estão alheios os rapazes de Wall Street – e, sobretudo, os agentes nacionais da atividade econômica, empresários, banqueiros ou simples poupadores da classe média. Ao menor sinal de que o governo pretenderia “fugir” do mercado, eles correm para se “refugiar” antes, comprando dólares, remetendo dinheiro para o exterior, reforçando o caixa-dois, enfim, preparando-se para tempos amargos. Esta é a especulação que já derrubou mais de um país – o México, por exemplo – ou que fez o Brasil ostentar, em outras épocas, ágios de quase 100% na taxa cambial.

Que, por outro lado, o chamado mercado – já não consigo distinguir se seria com aspas ou sem – faça tudo isso “em proveito único de seus operadores”, parece de uma banalidade tão elementar que dispensaria qualquer comentário. Qual é o mercado que não opera em favor de alguns e em (relativo) desfavor de outros, muito embora ele não seja exatamente um jogo de soma zero? Todo mercado consiste numa troca de produtos – meu

dinheiro contra as tuas abobrinhas ou minha emissão de títulos governamentais contra tal taxa de juros – e é evidente que o agente dotado de maior poder de barganha (ou de maior informação) sairá relativamente melhor nessa troca, mas o outro agente é “livre” para aceitar ou não as condições da operação. O que os autores do manifesto querem dizer, obviamente, é mais grave do que isso: eles querem significar que o Brasil e os brasileiros estão aprisionados numa rede de compromissos financeiros que os impede de fazer suas próprias escolhas, sujeitando-se às forças implacáveis do mercado (com aspas aqui) em total prejuízo dos interesses nacionais. Mas tanto o mercado não é um jogo de soma zero que, mesmo nessas circunstâncias, o Brasil se sairá com o que ele quer obter do mercado: dinheiro para equilibrar suas contas.

Se assim não fosse, o Brasil não compareceria ao mercado (aspas são indiferentes neste caso), pois ninguém fica acumulando reservas para nada. E se ele o faz, é porque muito necessita dessa injeção de vitamina na veia, do contrário não se sujeitaria a essas condições humilhantes de “taxas de juros impostas do exterior”, de “monitoramento das contas nacionais pelos gigolôs do FMI” e outras vergonhas do gênero. Isto pode não ser muito edificante para o orgulho nacional, mas se preferem que não seja assim, os economistas do manifesto precisariam dizer, precisamente, como o Brasil poderia fazer de outra forma, sem colocar em risco as condições normais da atividade econômica.

Por fim, pretender que a ditadura dos mercados tem produzido, como resultado “para a sociedade, baixo crescimento econômico e ampliação do desemprego” representa fazer uma leitura singularmente enviesada do poder dos mercados que, em outras circunstâncias, mundo afora e em diferentes épocas econômicas, foram capazes de criar e distribuir crescimento, emprego e renda, justamente. As situações inversas correspondem a momentos de disfunções dos mercados ou intervenções do poder político, cujo arbítrio pode impedir os “mercados” (concedamos as aspas, já que eles não são perfeitos) de encontrar seu ponto de equilíbrio. Qualquer manual de economia política do primeiro ano de faculdade traz as curvas de equilíbrio de mercado, que esses economistas devem conhecer muito bem, indicando como e em que condições os mercados crescem e criam empregos. Os agentes econômicos deixados à sua própria sorte costumam ser, em princípio, racionais, só deixando de sê-lo na presença de algum burocrata governamental que pretende dizer-lhes como melhor aplicar e fazer frutificar o seu (deles) dinheiro.

5) *“Basta. Queremos abrir a agenda da economia política brasileira e expor a caixa preta da política econômica ao debate aberto. É um imperativo moral que reconheçamos o alto desemprego, sem precedentes em nossa história, como o mais grave problema social brasileiro, resultante diretamente das políticas monetária e fiscal restritivas, assim como da abertura comercial sem restrições.”*

PRA: Mas como?, se essa “caixa” já está aberta há muito tempo, seu conteúdo vem sendo exposto e explicado pelo ministro da Fazenda desde antes de assumir e seus principais elementos vêm sendo expostos à sanha dos opositores desde o primeiro dia de governo da nova maioria? Aliás, não precisa de nenhum “imperativo moral” para reconhecer que a taxa de desemprego é uma das maiores de nossa história econômica, bastando dar uma olhada nas estatísticas do IBGE (ou do DIEESE). Que o desemprego resulte das políticas restritivas (há outros fatores, mas concedamos essa prioridade à política econômica) também não exige nenhum prêmio Nobel para constatar, ainda que eu conteste o papel do comércio exterior (ele apresenta baixo coeficiente no Brasil e de toda forma cria empregos em outros setores).

O problema é que a certeza do diagnóstico não se completa aqui com nenhuma evidência de tipo econômico, pelo lado dos fatores causais. O discurso da “caixa preta” tem mero efeito retórico, e a gravidade da inflação e do descalabro fiscal, por exemplo, também atingem o tecido social, com estragos iguais ou superiores aos do desemprego, sem que os autores do manifesto tenham qualquer lembrança para seus efeitos deletérios na história econômica do Brasil. Em suma, a indignação moral não costuma ser um bom substitutivo da análise econômica.

6) *“É um imperativo político, em face dos direitos de cidadania e tendo em vista a preservação da democracia, que se promova uma política retomada do desenvolvimento com justiça social e estabilidade cujo objetivo último é o pleno emprego.”*

PRA: Totalmente de acordo: trata-se de um imperativo econômico e, também, social, religioso e filosófico. Ninguém pode, em sã consciência, ser contra a democracia e a justiça social, o progresso econômico, a estabilidade e o pleno emprego. O problema começa quando se examinam as alternativas de política econômica.

7) *“Há alternativa. Ela não passa por mudanças tópicas em um ou alguns dos aspectos da 'coerente' política ortodoxa em curso, mas pela inversão de toda a matriz da política econômica. Isso significa reforçar a interferência do Estado no domínio econômico, a exemplo do que ocorreu historicamente em situação similar com o New Deal, nos*

Estados Unidos, para corrigir as distorções provocadas pelo 'livre mercado', sobretudo o alto desemprego, que compromete a estabilidade social e política do país. Em linhas gerais, implicaria um conjunto simultâneo de medidas do tipo:”

PRA: Toda política – ou todo emprego de recursos econômicos escassos – tem alternativas e elas estão à disposição de qualquer “planejador” devidamente respaldado pelo poder político. Em democracia, as escolhas costumam ser mais restritas do que nos regimes ditatoriais, que não têm os constrangimentos dos parlamentos, da imprensa livre, dos economistas de oposição. Dadas essas circunstâncias, por que as alternativas não poderiam concentrar-se em medidas “tópicas” e precisam, de imediato, passar pela revolução da “inversão”? As revoluções trazendo inversões radicais de orientação política ou econômica são extremamente raras na história da humanidade, uma vez que as sociedades mudam mais por adaptações graduais e alterações imperceptíveis do que por meio das grandes convulsões sociais. Ainda que não se queira dar ao conceito de “inversão” essas tonalidades jacobinas ou bolcheviques, convenhamos que *alterar toda a matriz da política econômica* representa simplesmente uma pequena revolução que não deixará de afetar a vida de milhares de agentes econômicos pelo país afora.

Mas, os autores do manifesto receberam alguma delegação democrática, comprovada no voto, para assim proceder? Qual a legitimidade intrínseca – e extrínseca também – que tem esse apelo em favor de uma completa inversão de orientação econômica no País? Trata-se de um mandato auto-atribuído, dependente apenas dos próprios humores cambiantes dos economistas? Se for assim, eles mesmos têm o dever de suscitar o debate democrático a que fazem referência e tentar legitimar, por um mandato expresso, essa função auto-atribuída de tentar inverter a política econômica nacional. Até que eles consigam obter esse mandato, sua manifestação tem tanta legitimidade e poder social quanto um manifesto de senhoras católicas contra a pornografia nas novelas de televisão. As “mercadorias” dos economistas alternativos têm de encontrar compradores com base em suas qualidades intrínsecas, em preço, utilidade e escassez relativa.

Infelizmente para os economistas desse novo manifesto alternativo, essas idéias por ele veiculadas têm muitos compradores e consumidores (cativos) dentro da academia, mas muito poucos em outros mercados, aqueles bem mais amplos, que funcionam com aspas ou sem. Essas idéias, aliás, não são todas novas, nem são todas boas.

8) “1. controle do fluxo de capitais externos e administração do câmbio em nível favorável às exportações;”

PRA: Controle de capitais vem sendo praticado no Brasil, em graus diversos, desde a independência, embora o Império e a República velha tenham conhecido períodos mais ou menos prolongados de conversibilidade cambial e de liberdade de exportação e de importação de capitais. De fato, a atividade econômica, entre nós, esteve sempre cerceada por um conjunto de regras restritivas que impediam os agentes econômicos de se desempenharem livremente nos mais diversos campos abertos ao engenho e arte do homem econômico. Como regra de princípio, enquanto no mundo anglo-saxão tudo o que não fosse expressamente proibido pela autoridade estava *ipso facto* aberto à liberdade de iniciativa individual (inclusive e sobretudo a formação de sociedade por ações ou de responsabilidade limitada), no mundo cartorial-português tudo o que não estivesse devidamente amparado numa carta-régia, num alvará de concessão era proibido, a ponto de a própria constituição de companhias abertas ter necessidade de um ato do parlamento até bem avançado o Império. Não se trata de novidade, portanto, a sugestão de controle de capitais (sobretudo estrangeiros).

O que está sendo proposto no manifesto dos economistas é a centralização cambial e sua administração política pelas autoridades, uma medida injustificada numa conjuntura na qual o País está esforçando-se de verdade por tornar-se um “país normal”. Por “país normal” entende-se um no qual os mercados funcionam de forma relativamente livre, o que implica igualmente liberdade de entrada e saída de capitais. Concedamos que por razões próprias à nossa história (geralmente identificada com o período pós-1931) temos um problema de balança de pagamentos e um crônico déficit de divisas fortes (supondo-se que a nossa seja “fraca”, o que ela o é, efetivamente, desde mais ou menos essa época), o que nos obriga a restringir as “oportunidades” de exportação de “capitais escassos” e também – se for o caso, por necessidades da política monetária, por exemplo – as “possibilidades” de ingresso de capitais estrangeiros. Essas fragilidades da história econômica brasileira estão obviamente ligadas à nossa baixa capacidade exportadora, uma vez que se fôssemos um exportador líquido, cronicamente superavitário em capitais, seríamos há muito tempo um país “imperialista”, isto é, exportador de capitais, no entender de Lênin e de Rosa Luxemburgo (mas também de um economista “burguês” como Hobson).

Esse tipo de medida, além de injustificada, é também *self-defeating*, pois que a simples menção a controle de capitais faria com que o governo deixasse de ter qualquer controle sobre eles. De fato, o controle implica em duas coisas: o governo passa a cercar a capacidade dos agentes nacionais em remeter para fora o seu dinheiro, o que geralmente redundaria em fuga de capitais, fraudes fiscais, ágio cambial e redução dramática dos ativos líquidos na economia; o governo diz aos residentes estrangeiros que o seu dinheiro será igualmente cercado na capacidade de ir e vir, o que resulta simplesmente na drenagem quase completa de recursos externos.

Quanto à “administração do câmbio em nível favorável às exportações”, trata-se igualmente de prática a que o Brasil recorreu extensivamente num passado não muito distante e que se tenta dispensar nestes cinco últimos anos de regime de flutuação (ela deveria ser de mercado, sem aspas, mas o governo por vezes intervém, mediante compra ou venda de dólares, para “produzir” uma paridade julgada mais realista).

Em favor daqueles que propõem a administração política da taxa de câmbio ressalte-se que ela beneficiaria, sem dúvida alguma, os exportadores, como é a intenção manifesta dos manifestantes, e a partir daí o objetivo governamental de produzir saldos na balança comercial como forma de compensar os déficits crônicos de serviços e de contribuir para resultados mais favoráveis na balança de transações correntes. Lembre-se porém de que ela prejudica todos aqueles que devem realizar importações – mas talvez seja essa mesmo a intenção dos autores –, aqueles que contraíram dívidas em dólares, assim como deixa todos os brasileiros um pouco mais pobres na relação com o mundo, diminuindo nossa presença no mundo e atingindo também a auto-estima de todos os que realizam transações com o exterior.

Pode ser melhor a produção de emprego e renda no Brasil do que a “satisfação” de ver o Brasil alinhado entre as dez primeiras economias do mundo, mas o problema de um regime burocraticamente administrado da taxa de câmbio está justamente em que ele nos afasta ainda mais do mercado sem aspas e nos coloca nas mãos daqueles burocratas que pensam que o arbítrio governamental é preferível à sujeição às forças de mercado (aqui com aspas). Mas um regime de flutuação de mercado (sem qualquer aspa) é ainda melhor do que a intervenção, pois sua “imprevisibilidade” e sujeição a “choques” é de toda forma melhor, para todos os agentes econômicos e simples cidadãos do que a

angústia de saber que o câmbio pode ser alterado inopinadamente por alguma decisão política tomada com base em critérios que lhe são relativamente desconhecidos. Pelo menos os critérios de mercado (sem aspas) se tornam imediatamente disponíveis sob a forma de movimentos de compra e venda que podem ser medidos e avaliados pelos agentes, ao passo que as intenções de burocratas e decisores nem sempre podem ser previstas (sem mencionar o risco do *insider trading* e da corrupção).

9) “2.enquanto perdurar o alto desemprego, redução do superávit primário pelo aumento responsável do dispêndio público, a fim de ampliar a demanda efetiva agregada induzindo a retomada do desenvolvimento e do emprego;”

PRA: O déficit primário não vem sendo perseguido a favor ou contra o emprego, mas porque as contas públicas incorrem em déficit crônico e precisam ser financiadas pelo apelo ao crédito público, o que por sua vez gera certo volume de dívida pública e o conseqüente fluxo de amortizações e juros, agravando ainda mais esse precário equilíbrio em que vivemos. Essa situação provoca, por sua vez, alta de juros e portanto diminuição das oportunidades abertas aos agentes de investir produtivamente e, portanto, de abrir novas possibilidades de emprego e de criação de renda, que por sua vez vão estimular a demanda agregada. Tudo isso é conhecido dos economistas e estudantes, pois está nos livros-texto, sobretudo naqueles de orientação keynesiana em que parecem basear-se os autores do manifesto.

Estamos aqui no coração das oposições, com isso querendo dizer que chegamos ao problema do ovo e da galinha. Debate interminável este, em que cada lado tem sua razão, sem que se consiga chegar a um consenso ou resultado satisfatório para cada um dos lados. Não vou oferecer uma saída teórica para essa dicotomia, limitando-me de minha parte a uma constatação prática: quando na oposição, os economistas pregam juros baixos e um superávit primário o mais baixo possível, como forma de realizar os investimentos sociais necessários suscetíveis de alimentar a demanda agregada. Quando esses mesmos economistas ascendem à situação de governo, eles passam a manifestar uma indeclinável preferência pela produção de superávits, como forma de se lograr a chamada “administração responsável” da economia. O único remédio para o problema do ovo e da galinha parece ser fazer com que os economistas de oposição ascendam à posição de governo e aí tentarem suas fórmulas de livro-texto acadêmico.

10) “3.ampliação dos gastos públicos nos três níveis da administração, com prioridade para dispêndio com ampliação dos serviços de educação, saúde, segurança, assistência e habitação, grandes geradores de empregos, e de competência também dos estados e municípios --o que implica a restauração da saúde financeira da Federação, inclusive mediante renegociação das dívidas de Estados e Municípios para com o governo federal;”

PRA: Duas partes aqui: a primeira com generosos investimentos sociais e benefícios para todos, o que constitui obviamente o mundo ideal, bastando para isso que os gastos sejam financiados de forma responsável, isto é, via receitas adequadas ou financiamento de longo prazo. Supõe-se que os “planejadores” governamentais sejam responsáveis a ponto de medir o quanto de gasto social é possível nas condições do Brasil. A segunda parte, relativa à renegociação das dívidas, constitui a receita mais segura para a volta do descalabro orçamentário em que o Brasil vivia antes dessa negociação – ocorrida em FHC-I – e da Lei de Responsabilidade Fiscal, que veio sancionar a gestão responsável da economia pública. O que os autores do manifesto estão dizendo aqui é que os gestores mais irresponsáveis das dívidas estaduais e dos orçamentos locais serão premiados com a socialização generosa do dinheiro de todos os brasileiros, com o objetivo pouco responsável de paliar alguma carência localizada em algum estado ou município. Quem, em sã consciência, pode ser favorável a tal tipo de tratamento desigual? Porque os bons gestores seriam penalizados com uma contribuição adicional em favor de colegas inadimplentes, pródigos ou irresponsáveis?

11) “4.redução significativa da taxa básica de juros, como complemento indispensável da política fiscal de estímulo à retomada dos investimentos privados;”

PRA: Irretocável esta parte e não haveria nada a acrescentar se implícita a esta demanda não estivesse a tal de “fixação política dos juros”, o que nos remete aos velhos demônios de política econômica bem conhecidos de todos. Uma “política fiscal de estímulo à retomada dos investimentos privados” não poderia ser feita em detrimento do equilíbrio das contas públicas e tendo como resultados uma política fiscal de estímulo ao crescimento de déficit público e a retomada dos comportamentos irresponsáveis do passado (bem conhecido pelo emissionismo desenfreado, pela inflação induzida pelo governo e pelas políticas sociais regressivas que tivemos em consequência disso tudo).

12) “5.promoção de investimentos públicos e privados em saneamento e infra-estrutura (logística e energia), para assegurar a melhoria da competitividade sistêmica da economia; incentivo a investimentos imediatos em setores privados próximos da plena capacidade;”

PRA: Nenhum planejador, decisor ou líder político dotado de bom senso seria contra essa panóplia de medidas de estímulo ao crescimento e ao aumento do bem-estar. Resta saber quem vai alimentar a cornucópia, que na vida real precisa ter um lado de insumo e não apenas a face risonha do produto. O lado bom da academia é que se pode, justamente, apontar todas as coisas boas da vida, sem se preocupar com o lado ruim da economia, a famosa “by the other hand” dos economistas responsáveis e dos conselheiros do príncipe. Alguém precisa dizer ao príncipe de onde vai sair o dinheiro para ele realizar as coisas boas que ele gostaria para ser amado do seu povo (e ser reeleito).

13) “6.manutenção e ampliação da política de incentivo às exportações; e substituição de importações;”

PRA: Irretocável na primeira parte, menos virtuoso na segunda. Ninguém dispensaria a demanda agregada do mundo inteiro como poderoso fator de estímulo à atividade interna. Quanto a promover a “SI” dos livros-texto ditos “estruturalistas”, o consenso é menos explícito, pois se está falando, na verdade, de indução governamental de movimentos ou fluxos não diretamente induzidos pelo mercado (sem aspas). Ou seja, aumentam as tarifas por um lado e se pratica uma generosa política industrial por outro, com subsídios e isenções concedidas aos industriais substitutivos (e alternativos). Tudo isso tem um custo e provoca distorções no mecanismo econômico da sociedade. Voltamos assim aos velhos problemas de saber quem vai pagar – supostamente, para os manifestantes, toda a sociedade paga em favor de alguns poucos privilegiados da indústria – e sobretudo de saber que tipo de economia se pensa estimular no Brasil, uma relativamente conforme ao livre jogo do mercado (sem aspas), ou aquela velha economia que dependia de favores e arbítrios governamentais, com a corrupção associada.

14) “7.política de rendas pactuada para controle da inflação.”

PRA: Como todos vão querer aumento de renda sem os custos associados da inflação, seria preciso arbitrar um meio de conseguir esse mundo ideal. Nas democracias, esse objetivo costuma ser decidido nas eleições e nos debates parlamentares em torno do orçamento, ou seja, nada de muito diferente do que se pratica hoje no Brasil.

15) “Sustentamos que o Brasil tem diante de si uma alternativa de política econômica de prosperidade. O atual governo, que foi eleito em função de expectativas de mudança, tem diante de si a responsabilidade de evitar que a crise social herdada se transforme numa crise política de proporções imprevisíveis, a exemplo do que tem ocorrido em outros países da América do Sul contemporaneamente, e do que ocorreu historicamente na Europa, nos anos 20 e 30. Os obstáculos políticos à mudança não são maiores que os riscos de não realizá-la.”

PRA: O governo atual vem fazendo justamente isso: introduzindo mudanças sem expandir o quadro de carências generalizadas em que sempre viveu o Brasil. Mas seria preciso esclarecer a questão dos riscos, não muito clara no manifesto.

Toda medida política traz implícita um impacto econômico, já que se trata de alguma disposição afetando o funcionamento do Estado ou diretamente a vida das pessoas. Da mesma forma, toda norma econômica apresenta um custo político, na medida em que as novas regras afetam patrimônio ou as condições da atividade produtiva ou de intermediação (produzindo menor taxa de “reelegibilidade” nas próximas eleições).

Toda a ciência da arte econômica, ou toda a arte da ciência econômica – com perdão pela contradição, mas ela é própria dessa disciplina já descrita como “lúgubre” –, está precisamente em combinar diversos elementos regulatórios ou normativos de maneira a diminuir os custos e aumentar os benefícios para o maior número de pessoas. Nessa combinação reside algum risco, como devem saber os partidários alternativos da ciência sombria. O governo já confessou que examinou os riscos da derrapagem inflacionária e da mudança de sistema cambial (para um mais intervencionista, entenda-se) e concluiu que o caminho de menor risco era o da manutenção das linhas e diretrizes econômicas do *ancien régime*, descrito pelos economistas alternativos como neoliberal (o que isso quer dizer não ficou muito explícito no manifesto, em face do manifesto intervencionismo do governo anterior).

Os economistas alternativos acreditam, entretanto, que os obstáculos políticos à mudança não são maiores que os riscos de não realizá-la o que é uma afirmação bonita, e mesmo clara, do ponto de vista da ciência política. Resta saber se, do ponto de vista econômico, eles mediram os riscos de uma e outra situação e lograram provar que o risco da mudança é menor (ou pelo menos não maior) do que o da não-mudança.

Um decisor governamental, entretanto, não pode ficar mudando de política todo santo dia, ou pelo menos toda semana, pois que isto aumenta a taxa de volatilidade da

economia, como todos sabem. Por isso mesmo, uma cuidadosa análise de custo-benefício deve preceder toda e qualquer mudança de política econômica. Se não fosse assim seria fácil efetuar a reforma tributária pois que o “risco” de não realizá-la, seguindo a linha argumentativa dos nossos economistas, é muito maior (em face da estrutura antiprodutiva e regressiva do atual sistema) do que de não fazer.

16) *“Colocamos o foco de nossas sugestões na promoção do pleno emprego porque se trata de uma política estruturante da solução de outros problemas sociais e econômicos miséria, subemprego, marginalidade, iníqua distribuição de renda, violência, insegurança.”*

PRA: Estruturante ou não, a política do pleno emprego é o Santo Graal de todo político desejoso de uma longa carreira no controle do poder. Poucos conseguem, porém, e os melhores economistas ainda não conseguiram descobrir a fórmula ideal que garanta “pleno emprego”: algum desemprego estrutural sempre existe em qualquer economia, pelo menos fora de um sistema do tipo gulag soviético (onde todos estavam, teórica e praticamente, “empregados”). Mas onde estão as sugestões dos economistas alternativos para assegurar o “pleno emprego” num país, como o nosso, que combina educação africana e regras laborais francesas?

17) *“Contudo, este não é um projeto estritamente econômico, nem um projeto fechado. É uma contribuição de economistas à busca de um novo destino nacional, base do resgate da cidadania, e condição para uma sociedade solidária.”*

PRA: Economistas, normalmente, não se ocupam do resgate da cidadania ou da construção de uma sociedade solidária, pelo menos não enquanto economistas. Talvez como cidadãos, como acadêmicos de outras disciplinas, ou até mesmo como políticos, eles poderiam fazer isso, mas aí já estamos falando de outra coisa. Na condição de economistas, eles têm mesmo é de produzir trabalhos “científicos”, com razoável base empírica, que logrem fornecer ao decisor político as soluções de menor custo social que produzam o máximo de bem-estar para a maior parte da população. Esta é a função primária, básica, do economista, mas a ela os autores do manifesto se furtaram.

Diferente é a situação do político, cuja primeira obrigação, numa democracia, não é exatamente a de produzir o maior grau de bem estar para todos e de felicidade geral para a nação, mas simplesmente a de ser eleito (sua segunda obrigação, novamente, não é a de produzir coisas boas para a população, mas a de ser reeleito). Contrariamente ao que

acreditam muitas pessoas de bom senso (inclusive vários economistas), a democracia não é exatamente o regime do povo, pelo povo e para o povo, mas tão simplesmente uma arena de competição entre agentes políticos interessados em suas próprias carreiras (e que formam uma classe dominante), cujo desempenho público, em função das expectativas dos eleitores, será sancionado pelo povo após um prazo fixo ou limitado no poder. Estou certo de que os economistas alternativos concordariam com esta visão schumpeteriana da democracia política, mas isto não deveria normalmente desviá-los de suas funções técnicas, estritamente não políticas, do exercício de suas funções.

O manifesto, nesse sentido, deve ser entendido como um projeto não estritamente econômico e totalmente aberto à uma reflexão de ordem política e social. Excelente, tanto porque o debate sobre as vias alternativas de desenvolvimento econômico e social para o Brasil encontra-se aberto, como aliás sempre esteve. Agora, como economistas, eles falharam miseravelmente, até aqui, em produzir uma única sugestão que não pudesse ser contestada em seus méritos próprios ou com base na experiência histórica acumulada pelo processo de (sub)desenvolvimento econômico e social brasileiro.

18) *“Nenhuma das medidas propostas ou seu conjunto são um anátema à luz da história econômica real dos países que experimentaram algum êxito econômico e social, hoje como no passado. Desafiamos os que se escondem por trás da onipotência do deus ‘mercado’ que sustentem à luz da discussão pública e de suas conseqüências atuais e futuras suas propostas de política econômica. Queremos o debate já. Queremos o exercício democrático da controvérsia. Chega de interdição.”*

PRA: Os economistas do manifesto insistem em falar de “interdição” quando são eles mesmos – agora, no passado, e seguramente no futuro – que se ocupam de manter bem acesa a chama do debate econômico, envolvendo eles mesmos, o governo, economistas de direita, observadores do mundo político, jornalistas mais ou menos de esquerda, as donas de casa, os especuladores de Wall Street, enfim *tutti quanti* se acreditam ser capazes de um argumento inteligente sobre o rumo atual das políticas econômicas no Brasil. O “exercício democrático da controvérsia” em torno de questões econômicas sempre existiu no Brasil, mesmo nos piores tempos da ditadura: basta perguntar a qualquer economista de oposição, ou hoje de situação.

O que talvez os incomode é que economistas que não rezam pela cartilha de alguns dos dogmas ostentados por eles mesmos tenham ocupado o poder nos últimos 14

anos (ou talvez mais, considerando o período anterior de “liberal-intervencionismo”), implementando medidas e políticas econômicas que não vão exatamente no sentido de algumas dessas cartilhas que costumam ter sucesso na academia (onde a clientela é passiva, pois que tem de aceitar a “bibliografia” indicada pelo professor, quando não seguir a linha do orientador de tese). Se usei as expressões “cartilha” e “dogma” foi porque os próprios autores do manifesto insistem em falar de “anátema” e de “onipotência do deus ‘mercado’”, o que nos deixa no mesmo terreno dos instrumentos de culto e das normas litúrgicas.

Vejamos pois, para terminar, as duas últimas afirmações carregadas de promessas e de cobranças que nos fazem os autores do manifesto: (1) “Nenhuma das medidas propostas ou seu conjunto são um anátema à luz da história econômica real dos países que experimentaram algum êxito econômico e social, hoje como no passado”; (2) “Desafiamos os que se escondem por trás da onipotência do deus ‘mercado’ que sustentem à luz da discussão pública e de suas conseqüências atuais e futuras suas propostas de política econômica.”

No que se refere a (1), seria possível encontrar países que, no passado ou mesmo no presente, utilizaram-se ou continuam a fazer uso das medidas propostas pelos economistas alternativos, mas fica difícil, com tal grau de generalidade saber: (a) se esses países as usaram ao mesmo tempo e o tempo todo; (b) se o fizeram na ausência de outras políticas macroeconômicas ou setoriais que reforçaram traços eventualmente “virtuosos” de algumas dessas medidas propostas; (c) que grau de sucesso obtiveram na consecução dos objetivos pretendidos pelas suas lideranças políticas (que podem ser, alternativa ou seqüencialmente, de estabilização, de distribuição, de *upgrade* tecnológico, de *drive* exportador etc.), e se isso foi feito com base unicamente naquele conjunto de medidas propostas pelos economistas alternativos; e (d) quais seriam, exatamente, os países que eles têm em mente: seriam aqueles do centro capitalista euro-atlântico ou aqueles da periferia que lograram sucesso na industrialização com aumento de renda (Japão e Coréia do Sul). Se os economistas não explicitam sua *shopping list* fica difícil manter um debate aberto e contraditório sobre esses casos. Podemos dizer, como regra de princípio, que os “modelos” de desenvolvimento são sempre construídos com base em casos de sucesso, pois que ninguém costuma construir modelos a partir de casos fracassados.

Dito isto, o que se pode constatar é que os países hoje avançados podem, sim, ter utilizado algumas daquelas políticas mencionadas, geralmente controle cambial e de capitais, protecionismo tarifário e não tarifário, subsídios explícitos ou embutidos em setores definidos, políticas fiscal e monetária ativas e pretensamente “virtuosas” etc. Outra constatação que se pode fazer é que poucos deles hoje em dia, se algum, continuam a se utilizar extensivamente dessas receitas supostamente estimuladoras da atividade econômica; o que se nota, ao contrário, é controle inflacionário, rigor fiscal, ausência de políticas setoriais, liberdade de movimentação de capitais, equilíbrio orçamentário ou mantido em patamares razoáveis, dívida pública contida em certos limites do PIB, flutuação cambial, liberalização comercial, enfim, a panóplia de medidas geralmente identificadas com as instituições de coordenação de políticas (OCDE, FMI, OMC). Os países que saltaram a barreira (Japão, Coréia) não descuraram o rigor fiscal e uma política de inserção ativa nas correntes de comércio, ainda que tenham sido pecadores no lado dos capitais e das tarifas (com prejuízo próprio). O que eles fizeram, sobretudo, foi concentrar recursos e esforços na educação básica e profissional de suas populações, algo sequer mencionado no manifesto dos economistas.

A cobrança inscrita em (2), por sua vez, é totalmente descabida, pois que o ministro da Fazenda não faz outra coisa, ultimamente, senão explicitar sua política, defendendo-a de ataques como esse do manifesto dos economistas alternativos. Pode-se recolher nos jornais declarações repetidas das autoridades econômicas em defesa da linha seguida, e o Congresso tem sido um ativo debatedor (e convocador dessas autoridades).

Não parece, assim, ser por falta de esclarecimento público ou por ausência de debate que o exame de políticas alternativas vai deixar de ser feito. Resta, porém, uma hipótese, aliás não recolhida no manifesto dos economistas alternativos: e se não houvesse alternativas? A tese pode parecer absurda, mas ela não é implausível: quando o sujeito está se afogando, a primeira providência é tirá-lo da água, depois ver o melhor método de reanimação. Com isso não quero dizer que a economia brasileira encontrava-se em estado terminal, mas existe uma razoável percepção, por parte de economistas domésticos, como de especuladores de Wall Street, de que as condições estavam longe do ideal nos primeiros meses do governo, para que se pudesse relaxar no rigor fiscal e no controle inflacionista.

Estes são, aliás, dois aspectos praticamente intocados no manifesto dos economistas: para eles não existe um problema fiscal no Brasil e sequer se menciona o buraco previdenciário; a inflação, quem se lembra?, parece constituir apenas uma vaga lembrança de eras geológicas enterradas. Parece incrível que se comprove esse tipo de descaso, num país seriamente engajado no primeiro esforço fiscal de toda a sua história econômica, devendo lutar contra uma catástrofe anunciada no setor previdenciário e ainda se debatendo com surtos inflacionários que roubam poder de compra aos mais pobres. Que economistas responsáveis sequer se dignem em tocar nesse tipo de problema me parece sintoma de algo mais grave do que a simples inconsciência social ou o descaso com o que é, e continua a ser, relevante para o País.

Trata-se do conhecido problema da “torre de marfim”: eles são economistas acadêmicos e como tais preferem encerrar-se em suas diatribes políticas em lugar de se ocupar dos problemas reais do Brasil. Volto ao início desta seção: como considero este manifesto alternativo uma peça essencialmente política, sugiro que os economistas alternativos voltem e façam direito o seu dever de casa. Esqueçam a ideologia e consultem os números da conjuntura econômica, para então, a partir daí, tentar formular políticas econômicas alternativas, economicamente credíveis e tecnicamente sustentáveis, às atuais políticas econômicas do governo. Se eles provarem que são capazes de, afastando a diatribe política, embasar economicamente propostas factíveis, eles ganham o direito de continuar participando do debate. Do contrário, correm o sério risco (político e econômico) de caírem na irrelevância política e social. Se isso ocorrer, seria uma pena, pois que eles mesmos estariam se “interditando” de participar, de maneira responsável, de um rico debate sobre o futuro do Brasil.

3. Um exercício de ficção econômica: políticos revolucionam a ciência econômica

Para toda ação, reza um velho ditado de “física econômica”, há uma reação igual e em sentido contrário. Os físicos e economistas sabem que não se pode, impunemente, ignorar essa lei das conseqüências involuntárias, sob risco de ver algum desastre desabar sobre praticantes incautos. Mas isto não parece preocupar nem um pouco cerca de 15 deputados do PT e outros tantos representantes da ciência econômica universitária, que se

reuniram em seminário realizado no dia 21 de março de 2004, em São Paulo, com algumas centenas de militantes petistas, sindicalistas e outros curiosos, para se dedicar ao bizarro exercício de desafiar as leis da gravidade da economia normal e corrente.

Eles produziram um elenco de medidas para “mudar a política econômica” do muito tranqüilo Dr. Palocci, que simplesmente acusou-os de terem sido contaminados pelo esquerdismo, essa doença infantil que, em outras eras, parecia atingir apenas os adeptos do comunismo. Pois os economistas voluntaristas dizem pretender preservar o capitalismo e a economia de mercado no Brasil, mas aparentemente estão fazendo de tudo para inviabilizá-los, além, obviamente, da sustentabilidade da política econômica do governo. Talvez eles confessem que é isso mesmo que no fundo pretendem, mas eu fico sinceramente imaginando como pessoas aparentemente sensatas conseguem listar um tal rol de loucuras econômicas sem sequer se dar ao trabalho de apontar as conseqüências, que podem ser boas ou más (segundo os casos), das medidas que propõem.

Como eles não o fizeram, proponho-me aqui indicar algumas, elencando também algumas perguntas que eles estão convidados a considerar, se é que pretendem, de fato, um debate sério sobre os rumos da política econômica, neste e em qualquer outro governo, de centro, de direita ou de esquerda. Não vale refugiar-se, porém, nas alturas estratosféricas de um país irreal, mas sim considerar os dados dos problemas nas condições objetivas e concretas do Brasil em 2004.

Dito isto, vamos ao conjunto de medidas emergenciais propostas pelos bravos candidatos a conselheiros econômicos de um hipotético governo de esquerda no Brasil.

Medidas emergenciais defendidas por um coletivo de petistas

1) Redução substantiva na taxa de juros real;

PRA: Fácil dizer, mas um pouco mais difícil de realizar, do contrário presidentes bem mais comprometidos com o “social”, como Itamar e o próprio Lula, já teriam entregado, de mão beijada, para a sociedade, juros a níveis razoáveis de aceitabilidade pelo conjunto da população. Como eles não dizem o que entendem por “substantiva”, entendo que deva significar algo entre 4 e 6% ao ano, o que está entre dois e três pontos acima da taxa histórica média do capitalismo. Razoável, pois não?

Apenas uma pergunta, porém: como o Estado continua sendo obrigado a se abastecer no mercado, junto aos tomadores (voluntários) de seus títulos da dívida pública, como fariam esses economistas para evitar um acesso de riso (talvez incontrolável) dos eventuais candidatos a compradores desses títulos quando o governo chegar oferecendo pagar apenas 6% pelos novos títulos? Ou haverá alguém capaz de considerar seriamente essa opção de “redução substantiva”?

Eles poderiam começar, talvez, por um teste de mercado: oferecer títulos emitidos pelo próprio coletivo de petistas, com juros reais “substantivamente reduzidos”. Depois do anúncio público, por favor, divulguem os resultados da operação de mercado.

2) *Diminuição do “superávit primário”, projetando índices decrescentes nas previsões do Plano Plurianual;*

PRA: Se o governo produz um déficit nominal superior ao atual superávit (de 4,25% do PIB), como seria possível reduzi-lo, sem dar um calote monumental na dívida pública? Os propositores dessa medida têm alguma idéia de como fazer com o incômodo aritmético representado por essa relação? Eles não têm nada a dizer em relação à dívida pública? E por que limitar a medida ao PPA?; por que não começar direto pelo orçamento anual? Os resultados seriam mais rápidos e contentariam nossos ansiosos economistas.

3) *Flexibilização, com responsabilidade, das metas de inflação, introduzindo o enfoque das metas de emprego e crescimento;*

PRA: A medida começa com uma contradição nos termos, pois que a tal de flexibilização, quando é feita de maneira unilateral (isto é, sem consulta à sociedade), pode representar uma tremenda irresponsabilidade, já que a mesma sociedade pode preferir uma inflação mais baixa (como geralmente é o caso, já que ninguém gosta de perder poder de compra).

Atualmente, o Banco Central, encarregado da administração da metas, utiliza-se da política monetária para fazer a inflação convergir para dentro das metas, mediante taxa de juros, depósitos compulsórios ou outros instrumentos próprios *amétier*. Os economistas têm alguma idéia de como podem ser fixadas e monitoradas essas novas metas, por eles propostas, de “emprego” e de “crescimento”? Não vale só propor, *in abstracto*, sem ao mesmo tempo explicitar quais indicadores deveriam ser usados e como fazer no caso em que o BC não consiga cumprir as novas metas.

Mas a questão principal permanece sem resposta por eles: como fazer em caso de aceleração inflacionária? Poderemos processá-los por essa perda de poder aquisitivo? Eles se comprometem em fazer um seguro para cobrir os eventuais prejuízos decorrentes de sua tão tresloucada proposta? Ou eles pretendem apenas propor números mais folgados e se eximir de qualquer responsabilidade pelas conseqüências? Eles topariam assumir uma eventual acusação de crime de responsabilidade contra a economia popular?

4) Ampliação das reservas internacionais, evitando a sobrevalorização da moeda para reduzir a vulnerabilidade externa e avançar na sua superação;

PRA: Excelente medida, que costuma ocorrer quando um país executa com folga superávits contínuos de transações correntes e não tem outras obrigações externas a cumprir (como uma grande dívida, por exemplo). Uma moeda flutuante, como adotada atualmente pelo Brasil, não costuma estar sobrevalorizada ou subvalorizada, pois sua taxa de câmbio refletirá, com uma certa fidelidade, o estado das relações econômicas externas do país. Grandes reservas podem, efetivamente, reduzir a vulnerabilidade externa, mas a melhor maneira ainda é constituída por volumes expressivos de exportações e de importações, assim como fluxos de investimentos diretos.

O que eles dizem é absolutamente sensato, mas eles não explicitam como pretendem fazer isso nas condições concretas da economia brasileira. Como em outros itens, não vale só indicar o desejável sem dizer como alcançá-lo.

5) Controle dos preços administrados (tarifas públicas);

PRA: Outra contradição nos termos: preços administrados já são controlados, por definição, o que desperta suspeitas sobre a capacidade de raciocínio lógico por parte dos nossos economistas. Será que eles poderiam explicar com um pouco mais de detalhes o que pretendem com isso? Supostamente, seria o velho recurso de outras eras de manter artificialmente defasadas as tarifas públicas, mesmo em face de níveis superiores de inflação. Mas aí, sabemos todos, não há empresa que resista, salvo com injeções crescentes de subsídios públicos.

6) Aumento do investimento produtivo voltado para o mercado interno, visando criar mais empregos e melhores salários;

PRA: Esta pergunta nem deveria ser feita, mas parece que esses economistas não se lembram dos seus manuais universitários: algum deles poderia explicar qual é,

exatamente, a diferença entre o mercado interno e o mercado externo? Um fala português e o outro se expressa em inglês? Seria só isso ou tem mais alguma diferença estrutural, filosófica, transcendental, que eu não consigo perceber? O investimento produtivo não pode ser feito em setores que se dediquem, ao mesmo tempo, aos dois tipos de mercado? Existiria algum impedimento genético a que isto ocorra? E não seria melhor que assim fosse, já que, por definição, o mercado externo (isto é, a soma de todos os demais mercados nacionais) sempre será muito mais vasto do que o acanhado mercado interno? Existe algum obstáculo mental ou material a que a economia do Brasil possa aproveitar todas as vantagens do mercado mundial? Ou é só mesmo preconceito dos nossos economistas? Se for, eu diria que isso mais está é parecendo burrice da grossa.

Agora, por algum acaso, eles poderiam explicar como fazer para aumentar os investimentos produtivos, em qualquer mercado que se conceba? Eles dispõem de uma fonte inesgotável de recursos para investimentos que ainda não foi explorada pelos distraídos dirigentes políticos e demais economistas universitários? Se estão escondendo a fonte do maná, sem pretender revelar até tomarem o poder, isso representa traição à pátria e ao bem estar dos trabalhadores brasileiros. Afinal de contas, não é todo dia que se encontra a fórmula da economia em moto perpétuo, a cornucópia inesgotável dos nossos sonhos de consumidores e candidatos a capitalistas.

7) Concentração de investimentos na infra-estrutura econômico-social reservando recursos queimados na ciranda financeira para o investimento produtivo e em políticas sociais universais;

PRA: Bonito mesmo, como peça literária. Eles poderiam dizer o que entendem por “ciranda financeira”? Seria um joguinho a que as autoridades econômicas se dedicam quando não estão tentando descobrir maneiras de como melhor utilizar seus recursos escassos? Recursos “queimados” devem significar gastos irresponsáveis, no mínimo.

Se for um equivalente para o ato de se efetuar os pagamentos da dívida pública, então estamos em face de um convite expresso e declarado ao calote das obrigações do Estado. Os nossos economistas precisam urgentemente confirmar suas intenções e dizer em seguida como pretendem fazer para a interrupção repentina (e esperada) dos fluxos de financiamento dos déficits do governo.

Por que eles não escrevem isso com todas as letras? E, se puderem, já antecipam as conseqüências previsíveis de tão tresloucado gesto? Ou vão, mais uma vez, refugiar-se na irresponsabilidade de apontar “soluções” sem medir o impacto das medidas propostas?

8) Resgate da primazia dos recursos públicos para a função do fomento, colocando os bancos estatais e sistema financeiro público - com spreads mais baixos que os do mercado - a serviço de mais crédito e crédito mais rápido e barato;

PRA: Perfeito como recomendação, se é verdade que se pode trabalhar com um conceito elástico de “recursos públicos”, disponíveis à vontade, só aguardando um bando de economistas brilhantes como este para colocá-los a serviço da comunidade. Apenas uma pergunta: será que o tal de “sistema financeiro público” consegue trabalhar de maneira independente das condições gerais do sistema econômico? Ele vive por acaso numa redoma ideal, caracterizada por recursos infinitos e juros reduzidos? Ou seja, esses sistema encontra-se à margem do mercado, pode operar sem ele, ignorar seus limites implacáveis?

Se isso for verdade, os nossos economistas precisariam dizer imediatamente, pois não seria justo, com todos nós, que eles nos escondessem onde se encontra esse país das maravilhas. Crédito mais rápido e barato é o que todos nós queremos, e se eles acharam a fórmula ideal para produz-lo sem custos para a sociedade, precisariam dizer claramente como se consegue chegar a esse mundo desconhecido e inimaginável. Não vale, mais uma vez, tergiversar: queremos o mapa dessa terra incógnita.

9) Redução da carga tributária sobre os setores produtivos;

PRA: Outra medida perfeita, ideal e bem vinda, se possível imediatamente. Só faltou dizer como sustentar, por outro lado, os gastos correntes do Estado e o nível pífio de investimento que ele realiza todo ano, em volume aliás cada vez menor. Seria preciso esclarecer como realizar essa redução sem problemas para as contas públicas?

10) Reajustes do salário mínimo na perspectiva de dobrar o seu poder de compras até 2007, possibilitando o aumento do consumo e a dinamização da economia.

PRA: É o Papai Noel da economia: sai por aí distribuindo benesses, tiradas de um saco inesgotável, a custo zero. Seria pedir muito algumas estimativas de impacto sobre a Previdência, as contas das prefeituras e de todos os outros agentes que se utilizam do salário mínimo como referência para contratos, remunerações e outros encargos?

Por que eles mesmos não criam esse Papai Noel?: aprovam uma lei de elasticidade infinita das receitas públicas (com algum subsídio público para agentes privados) de forma a permitir tão generosa e preclara política redistributiva? As propostas podem ser dirigidas aos presidentes do Legislativo, com cópia ao ministro da Fazenda, por favor.

11) Controle e regulação do fluxo dos capitais internacionais;

PRA: Velha medida, que nossos economistas pensam que corresponde à mais pura ortodoxia keynesiana, quando nada mais é senão um recurso canhestro, só imaginável para pessoas que acham que o mundo se resume em capitais entrantes, que podem ser depois controlados à vontade uma vez dentro do país.

E se, por acaso, esses capitais resolverem simplesmente não entrar, como farão eles? Não vão poder aplicar os seus famosos controles? Ficarão frustrados certamente. E se os capitais de dentro resolverem sair por sua vez? Pedirão permissão ao preclaro grupo de economistas?; ou preferirão as vias transversas já conhecidas: doleiros, Uruguai, sub ou superfaturamento, preços de transferência, maleta de viagem?

Será que não haveria nenhum reflexo sobre os fluxos entrantes no País? E como fará o Brasil para honrar todas as suas obrigações em divisas? Dá um calote mais uma vez? Nossos economistas já pensaram nessas hipóteses?

12) Auditoria e renegociação da dívida externa, buscando, inclusive nos fóruns internacionais, alternativas que alonguem sua amortização e evitem a sangria desatada de recursos provocada pelo pagamento dos juros e serviços atrelados a ela (na execução orçamentária de 2003, superior em R\$ 10 bilhões aos gastos de todos os Ministérios, excluindo o da Previdência!);

PRA: Outra velha receita que nunca provou sua factibilidade ou mesmo sua necessidade, já que a dívida está razoavelmente bem visível nas estatísticas do Banco Central. Os economistas vão pedir para as empresas privadas, detentoras da maior parte dessa dívida, submeterem suas contas a auditoria também? E vão obrigá-las a essa tal de renegociação, mesmo elas não querendo ou não sendo necessário? Mistério insondável, mais uma vez. Eles precisam ser mais claros nas suas propostas.

13) Retomada do papel do Estado como promotor e coordenador do processo de crescimento econômico, na busca do desenvolvimento soberano, sustentado, ecologicamente equilibrado e solidário.

PRA: Perfeito: eles poderiam, por favor, elaborar o novo manual de economia política do Estado promotor? E aproveitar para traduzir para nós, simples mortais, os números das contas públicas e sua mobilização produtiva? Não esquecer, tampouco, de indicar como é que “desenvolvimento soberano” aparece nas contas públicas do Estado promotor. Se der, também, colocar os custos do desenvolvimento “ecologicamente equilibrado e solidário”, pois como eles devem saber, no mundo da economia, nada sai de graça. Como diria um velho conhecido: *there is no free lunch...*

14) A política social, atrelada ao eixo da ortodoxia conservadora, também necessita correções. Fortalecendo o Estado como agente público do bem estar social e do ordenamento de direitos sociais, sugerimos:

PRA: Faltou dizer que eixo é esse e como ele poderia ser substituído por um outro, que poderia ser chamado de “eixo da heterodoxia progressista”. Mas, simples palavras são enganosas: precisaria também dizer em que consistem essas belas noções.

15) Recuperação dos recursos da seguridade social, criando um orçamento social intocável, imune aos contingenciamentos e desvinculações;

PRA: Recuperar significa apropriar-se de algo existente. Nossos economistas deram uma olhada, mesmo de soslaio, sobre os números da seguridade social? Sabem se ela produz déficit ou superávit? Como assegurar sua intocabilidade, aliás só imaginável no caso de largos excedentes? Ficam nos devendo esses números. Aliás, eles conseguem produzir medidas e mais medidas, sem nunca fazer o dever de casa, simples contas de aritmética elementar. Desse jeito vão ficar para segunda época ou ser reprovados...

16) Revisão da Lei de Responsabilidade Fiscal, para que ela não incida sobre áreas consideradas essenciais como educação, saúde e assistência social;

PRA: Essa lei, que eles parecem desconhecer por completo, incide sobre os orçamentos públicos, em geral e sem discriminações positivas ou negativas. Cabe aos dirigentes políticos e seus assessores econômicos (que esperamos não contemplem nenhum dos nossos distraídos economistas) determinar gastos e reservas, segundo critérios essencialmente políticos e de maior eficácia social possível. Ninguém é obrigado a cortar a merenda das crianças e os pagamentos do SUS, a menos, é claro, que você prefira pensões milionárias para economistas aposentados e políticos espertos (o que não parece ser o caso deste nosso grupo).

Em princípio não haveria nenhuma objeção que a LRF seja emendada para contemplar exatamente isso que eles pedem: garantia de prestações sociais em primeiro lugar. Mas ela não pode ofender o critério elementar do equilíbrio entre receitas e despesas ou os limites tolerados de endividamento público. Do contrário não seria uma LRF e sim aquela cornucópia que estamos esperando que os economistas nos digam onde se encontra.

17) Construção de redes nacionais de bens e serviços públicos - sobretudo nas regiões mais carentes - tendo como eixos o programa nacional de alimentação e nutrição de menores de um ano e gestantes na rede do SUS, e a concessão de Bolsa-Família para as unidades da assistência social (do INSS);

PRA: Pode ser proposto no próximo PPA ou mesmo no próximo orçamento anual, mas não vale propor sem indicar as fontes de receita, do contrário seria muito fácil ser economista ou dirigente político.

18) Aceleração da Reforma Agrária, para democratizar o acesso à terra e a produção para o mercado interno;

PRA: Seria cansativo repetir os mesmos argumentos já expostos anteriormente. Ninguém pode ser contra medidas socialmente responsáveis, desde que a sustentação das propostas também seja orçamentariamente responsável. Do contrário entramos mais uma vez no reino das utopias econômicas.

19) Reiteração dos nossos compromissos concretos com a educação e saúde públicas gratuitas e de qualidade, saneamento básico, moradia, emprego e salário digno.

PRA: De acordo, mas acho que isso vai exigir, nas condições atuais, mais dois ou três orçamentos. Como o documento em questão foi chamado de “declaração de Páscoa”, entendo que os economistas estejam esperando o milagre da multiplicação dos pães, ou dos orçamentos públicos. Eles poderiam já ir preparando uma “declaração de Natal”, com uma listinha de todas as bondades que pretendem ver incluídas no imenso saco do Papai Noel. Tudo isso fica muito bem até a primeira infância, mas parece um pouco ridículo encontrar tanta bobagem em textos de pessoas adultas.

Na verdade, eu acho que eles não pretendem recorrer a esse tipo de mitologia, mas sim se dedicar a um outro tipo de literatura, a da ficção econômica e suas variantes mais rebuscadas, como o surrealismo e o hiperrealismo. Não custa nada sonhar, mas eu acho, pessoalmente, que eles estão gastando um bocado de papel e tinta (e abusando da

paciência, quando não da inteligência, dos leitores) com propostas que têm tanta consistência quanto o coelho de Páscoa ou o velhinho do Pólo Norte...

4. A sociedade de economia política faz política com a economia

No que parece ser um fenômeno recorrente do cenário acadêmico, economistas que se autodenominam “heterodoxos” voltaram a criticar a política econômica do governo Lula, em novo manifesto que guarda muitas similaridades com manifestações anteriores no mesmo sentido, e que já tive a ocasião de comentar em diversas ocasiões (vide, entre outros exemplos, meu texto “Um manifesto econômico de “inversão”: Análise de um documento político com pouca consistência econômica”, no link: <http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/1060ManifestoEconomistas.pdf>). Desta vez, tratou-se da jovem – fundada em 1996 – Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP), que em seu mais recente encontro, em 11 de junho de 2004, aprovou uma “Carta de Uberlândia”, enfatizando o que lhe parecem ser os aspectos inteiramente negativos da atual política econômica praticada pelo governo, na pessoa do ministro Antonio Palocci.

O manifesto teria passado despercebido se o periódico econômico *Carta Capital*, (ano X, nº 300, 21.07.04; link: http://cartacapital.terra.com.br/site/index_frame.php), não tivesse elaborado matéria a respeito, com entrevista realizada com a presidente da SEP, a professora da FEA-USP Leda Paulani, oferecendo um link para o manifesto em questão (também disponível no site da SEP: http://www.sep.org.br/carta_de_uberlandia.pdf). Li esse texto com toda a atenção que sempre dispenseo a todo e qualquer documento relativo às políticas públicas em geral, e à política econômica em particular, em especial aqueles provenientes da comunidade acadêmica, que me parecem ser um pouco mais consistentes do que os comentários de imprensa ou as declarações de políticos sobre os mesmos assuntos (embora eu tampouco despreze esse tipo de documento político, como evidenciado em meu texto “Exercício de ficção econômica: coelho de Páscoa?”, também disponível no link: <http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/1242EconomiaFiccional.pdf>).

Como não concordo com as afirmações dos economistas membros da SEP e como considero que o manifesto por eles produzido peca pelo viés não apenas negativo, como totalmente desfocado, para não dizer deformado, em relação às políticas econômicas à

disposição do, ou praticadas pelo governo, e como acredito que eles passam inteiramente ao largo das conseqüências (que reputo essencialmente negativas) que teriam eventuais políticas alternativas por eles propostas – e que eles se eximem de detalhar –, pretendo proceder da forma habitual em ocasiões similares, isto é, efetuar uma leitura crítica e alinhar comentários tópicos sobre a “Carta de Uberlândia”.

Comentários à Carta de Uberlândia, da SEP

1) SEP: “Os economistas reunidos no IX Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP), entre 8 e 11 de junho de 2004 em Uberlândia (MG), vêm a público manifestar sua posição contrária à política econômica do governo Lula.”

PRA: Trata-se de um direito deles, mas pode-se considerar curioso o fato de que eles não tenham conseguido encontrar nenhum aspecto da política econômica do governo que recolha seu assentimento ou mesmo concordância parcial. Trata-se do que se poderia chamar de julgamento globalmente negativo, o que permitiria supor que a atual política econômica não apresenta nenhuma condição de encontrar aprovação quanto às suas orientações e resultados junto a pessoas mediana ou satisfatoriamente bem informadas como são os membros da SEP. Tamanha unanimidade na avaliação negativa abre espaço a que se considere o documento em questão como essencialmente político, e não de tipo econômico como seria de se esperar.

2) SEP: “É fundamental desmistificar as justificativas oficiais e os comentários econômicos da mídia sobre a necessidade de contingenciamento do orçamento fiscal ou da geração de superávits primários incompatíveis com a recuperação do crescimento.”

PRA: O verbo “desmistificar” é particularmente mistificador nesta circunstância, já que nem o governo tem feito segredo de sua intenção de continuar a obter superávits primários com o objetivo de manter as contas públicas numa trajetória de equilíbrio, nem a mídia tem colaborado com o governo em qualquer empreendimento de supressão das informações oficiais à sociedade ou de indução em erro de qualquer natureza. Não há nenhuma justificativa em jogo, mas tão somente atos de informação pública, tão transparentes quanto possível em se tratando de matéria técnica.

O fato de que os economistas da SEP consideram que a geração de superávits primários é incompatível com a retomada do crescimento permite supor que eles recomendariam que essa retomada se fizesse com a geração de déficits constantes ou

crescentes, o que configuraria, aí sim, uma situação insustentável para o crescimento e o desenvolvimento econômico no Brasil. Não se compreende como economistas razoavelmente bem informados, e supostamente bem formados, não consigam atentar para a enormidade das conseqüências de um crescimento por impulsos, baseado no déficit público numa situação de endividamento excessivo e desequilíbrio crônico das contas públicas. Eles deveriam fazer um curso sobre a lei da responsabilidade fiscal.

3) *“As alternativas a esta política econômica existem, são viáveis, socialmente inadiáveis e teriam o apoio da ampla maioria dos brasileiros que elegeu Lula para mudar a política econômica.”*

PRA: Sempre existem alternativas a quaisquer políticas econômicas adotadas em qualquer parte do mundo, como aliás existem alternativas a qualquer tipo de política. O diabo está nos detalhes e enquanto os economistas da SEP não precisarem os contornos e sustentabilidade de “suas” políticas alternativas, suas recomendações evasivas valem tanto quanto quaisquer outras sugestões. Pode-se entender que um manifesto político de duas páginas não ofereça, exatamente, as condições ideais para uma elaboração detalhada das políticas alternativas, mas eles deveriam pelo menos esforçar-se para trazer um pouco mais de seriedade ao debate.

4) *“A existência e o crescimento da Sociedade Brasileira de Economia Política é uma demonstração de que não há um caminho único em economia, nem uma análise única dos desafios colocados à nossa sociedade.”*

PRA: A SEP está querendo, comparativamente, retroceder aos tempos anteriores a Copérnico, colocando-se no centro de um universo que ela mesma criou, na qual vive em torno do seu próprio eixo e na qual se reflete a si mesma como se fosse um sol. A existência da SEP tem tanta importância para caminhos múltiplos em economia quanto a liberdade de pensar, de escrever, de defender idéias sensatas ou mesmo idéias malucas. A SEP acaba de inaugurar uma nova escola em economia: o narcisismo econômico.

5) *“O debate público sobre alternativas de política econômica é um fato corriqueiro em qualquer sociedade democrática.”*

PRA: A SEP padece da paranóia da perseguição intelectual, pois não se conhece, desde o fim da censura à imprensa no Brasil, ainda em pleno regime militar, nenhuma restrição ao livre debate econômico nos meios de comunicação. Essa liberdade precedeu

à democracia, e continuou a ser exercida com muito mais energia no período pós-1985, lá se vão quase 20 anos.

6) *“A manutenção da política de esterilização de recursos tributários para enfrentar o serviço da dívida pública com juros fixados pelo próprio governo constitui um mecanismo poderoso de transferência de renda das famílias assalariadas para uma elite rentista, numa prática que só faz aprofundar a realidade perversamente desigual do país.”*

PRA: Os economistas da SEP têm razão, mesmo descontando-se o fato de que vários deles devem ter aplicações bancárias em certificados de depósitos investidos em títulos públicos, e devem estar muito contentes com os altos juros recebidos em retorno de suas poupanças investidas. Mas eles estão agindo em relação às conseqüências da dívida pública, não em direção de suas causas. Eles deveriam apontar, em primeiro lugar, como fazer para impedir o Estado de emitir tantos títulos, de recolher tanta poupança privada, e como evitar que nesse jogo o nível de juros seja aquele determinado por esse precário equilíbrio entre despoupança estatal e poupanças privadas. Enquanto eles não resolverem o problema do desequilíbrio das contas públicas, suas perorações contra os rentistas têm tanto efeito quanto reclamar do meteorologista que vem de público anunciar chuvas e trovoadas.

7) *“Essa transferência, além do mais, alimenta a armadilha da dívida pública, deixando o Tesouro Nacional incapaz de financiar políticas de desenvolvimento econômico e social de competência da União que viabilizem a criação de empregos e a elevação da massa salarial.”*

PRA: Estamos aqui na clássica situação do ovo ou da galinha: foi a dívida que produziu juros altos, ou foram estes que produziram a dívida pública? Os economistas da SEP estão convidados a responderem a essa tão angustiante quanto ingênua questão: enquanto não se enfrentar a situação de despoupança estatal, não adianta reclamar do nível dos juros, do volume da dívida, ou das transferências para os rentistas.

Apenas como informação aos economistas da SEP: não é o Tesouro que financia políticas de desenvolvimento econômico e social, ele apenas assegura o caixa do governo. Quem financia essas políticas é o orçamento do governo, que por sua vez é elaborado por um bando de tecnocratas sob a orientação de um ministro guiado pelo presidente, aprovado por um bando de parlamentares preocupado com suas aplicações provinciais, e implementado por um governo que supostamente está comprometido com o

bem comum. O Tesouro faz apenas aquilo que o governo, as leis e a constituição lhe ordenam fazer, nem mais, nem menos. Na mesma linha, o Tesouro tem tanto a ver com criação de empregos e massa salarial quanto o Banco Central tem a ver com políticas de controle da natalidade, ou seja, absolutamente nada. Os economistas da SEP deveriam se informar melhor sobre a repartição de competências funcionais e mandatos num governo normalmente constituído.

8) *“Em 2003, por exemplo, foram gastos R\$ 145 bilhões com juros da dívida pública, mais do que todas as despesas dos três poderes no âmbito federal (descontados os gastos com previdência social) e o equivalente a mais de 18 vezes o orçamento geral anual de todas as universidades federais.”*

PRA: Somos gratos aos economistas da SEP por nos lembrar os números dramáticos do serviço da dívida pública, e eles estão desde já convidados a superar a fase do muro das lamentações para indicar, claramente, o que pretendem fazer com essa situação verdadeiramente intolerável. A menção aos orçamentos das universidades federais revela, mais uma vez, que eles vivem no pequeno mundo da academia, cuja principal atividade, atualmente, é alimentar o vale de lágrimas do muro das lamentações acima mencionado.

9) *“Não fossem as transferências maciças de recursos de impostos e de contribuições sociais para o pagamento de juros, seria possível ainda implementar uma política efetiva de Seguridade Social, garantindo saúde para todos e incorporando o expressivo contingente de famílias urbanas e camponesas hoje dela excluído.”*

PRA: Não fossem essas absurdas transferências, seria possível tapar os buracos das estradas, alimentar um generoso programa de renda mínima, dar ricas bolsas a todo e qualquer estudante universitário, enfim, satisfazer os mais interessantes sonhos de bem estar social. A SEP fica nos devendo a receita mágica que permitiria evitar o pagamento de juros abusivos, mas, por favor, sem calote dos títulos públicos, do contrário vários dos seus membros e outros professores universitários ficariam sem o seu justo rendimento de uma poupança duramente amealhada ao longo de anos de trabalho honesto e dedicado.

10) *“A suposta austeridade fiscal, que exige de prefeitos e governadores a redução dos investimentos na área social, não impõe qualquer controle ou sanção aos que decidem a política de juros e elevam a dívida pública em favor dos credores nacionais e internacionais.”*

PRA: Os professores da SEP precisariam nos explicar como um governo

“neoliberal”, como a anterior administração de FHC, e como um governo supostamente reformista, como a atual administração de Lula, conseguem, ambos, servir aos mesmos credores, nacionais e internacionais, partindo de premissas ideológicas tão opostas e de posições e compromissos diametralmente opostos como ainda se reconhece hoje em dia. Será que é porque a “suposta austeridade fiscal” não tem, de fato, coloração ideológica, e que ela se impõe como uma necessidade incontornável a todo e qualquer governo que não pretende ver sua administração soçobrar no mar da espiral inflacionária, da fuga de capitais e do descontrole fiscal?

A indignação de caráter sentimentalóide (redução de investimentos sociais) e de pretensão fundo moral constitui um péssimo substituto a uma análise serena e objetiva da realidade econômica do Brasil, mas isso os membros da SEP já deveriam saber, com base numa leitura atenta dos números oficiais das contas públicas. Se eles ainda não o fizeram, recomenda-se que o próximo encontro da sociedade seja dedicado inteiramente à troca de informações sobre as contas primárias da União, dos estados e municípios. Depois, se poderia pedir que eles redigissem uma nova carta, fazendo recomendações para paliar à realidade assustadora que eles finalmente poderão descobrir a partir dessas leituras de horror econômico, com cenas de déficit explícito a cada página.

11) “Nós nos manifestamos pela imediata mudança da política econômica. Defendemos a revisão da abertura financeira do país como condição para a redução drástica das taxas de juros e para alívio do peso hoje representado pela dívida pública.”

PRA: Os economistas da SEP estão singularmente mal informados: o nível da taxa de juros não é determinado pela abertura financeira do Brasil, do contrário outros países emergentes, com nível bem maior de abertura financeira teriam juros altíssimos, o que manifestamente não é o caso. Recomenda-se que eles dêem uma olhada na situação fiscal de cada um desses países, para ver se déficit orçamentário e dívida pública são inocentes nesse quesito. De resto, eles estão inteiramente livres para propor essa “mudança imediata” na política econômica do país, e não se compreende que eles não tenham tido sequer o cuidado de propor a “sua” política econômica. Tantas sumidades se reúnem durante dois dias de intensos debates e nenhum resultado prático, a não ser críticas genéricas à situação presente, advém desses doutos colóquios recheados a frases de grande eloquência econômica? Eles deveriam voltar a se reunir para fazer melhor o

dever de casa, que é o de não apenas criticar, mas também propor políticas alternativas que sejam factíveis, sustentáveis e sobretudo eficientes em promover todas as benesses que eles nos prometem com suas receitas mágicas de desenvolvimento indolor.

12) “Defendemos igualmente o controle democrático da atuação e das decisões tomadas pelo Banco Central do Brasil.”

PRA: Qual seria a fórmula?: submeter as decisões do Copom a um plebiscito organizado pela CNBB? Um Banco Central independente, dotado de um Copom amplo e representativo, com mandato fixo, submetido ao escrutínio regular do Congresso, seria plenamente democrático para assegurar os interesses da maioria, sem os desconfortos de um poder político errático, querendo fazer política eleitoral via determinação dos juros.

13) “Defendemos, enfim, que a sociedade brasileira tenha a possibilidade de participar dos destinos da nação, de pensar e de elaborar um verdadeiro projeto nacional de desenvolvimento econômico e social.”

PRA: A sociedade está inteiramente livre para começar quando quiser. A SEP poderia tomar a iniciativa de propor o seu projeto nacional e submetê-lo à discussão nacional. Entende-se que ele será um pouco mais elaborado do que uma carta-manifesto de duas páginas, recheada de idéias vagas e recomendações piegas. Mãos à obra SEP.

Estes poucos exemplos de inconsistência econômica me parecem todos derivar de um problema básico, que costuma afetar os economistas acadêmicos: entregues às lides universitárias correntes, eles não precisam preocupar-se com os constrangimentos reais, que são essencialmente de natureza fiscal, que limitam o poder de manobra dos seus contrapartes governamentais. Eles se permitem, assim, ignorar dados relevantes da realidade, o que não é dado fazer a quem tem a responsabilidade de zelar pelas contas públicas. Em vista dos exemplos aqui recolhidos, esse abismo teórico-prático não corre nenhum risco de se ver diminuído no horizonte previsível, o que nos faz prever, dessa forma, o surgimento de mais alguns manifestos de oposição pelo restante do atual governo.

Paulo Roberto de Almeida
Brasília, 23 de julho de 2004